

29/01/2018 - 05:00

As histórias que nos contam

Por **Roberto Zagha, Simão Silber e Carlos Luque**

O ano terminou com otimismo. A economia está saindo da "Grande Recessão". Deverá crescer 1% em 2017 e poderá crescer 2,7% em 2018. Depois de crescimento 0 em 2014 e taxas negativas em 2015 e 2016, crescer 1% em 2017 e 2,7% em 2018 é uma mudança significativa. "A reforma no Brasil põe fim a três anos de tumulto e recessão" (Financial Times, maio 2017) "Olha o Espetáculo do Crescimento aí Gente!" (Estado de S. Paulo, setembro 2017) "O crescimento do Brasil pode parecer baixo, mas é forte" (Globo, dezembro 2017) "PIB mostra que Brasil segue trajetória de crescimento" (Agência Brasil, dezembro 2017).



Será?

Está se ignorando que na macroeconomia existem oscilações cíclicas e crescimento econômico. Estamos confundindo uma com a outra. A recuperação cíclica pode ter chegado. O crescimento não está no horizonte. A triste realidade é que perdemos nossa capacidade de crescimento desde os anos 1980. Houve uma recuperação por alguns anos após o Plano real, mas ela se dissipou. Essa perda de capacidade de crescimento econômico é um fenômeno tipicamente nacional pois crescemos menos do que o resto do mundo, Estados Unidos e as maiores economias emergentes.

Então de onde vem tanto otimismo, tão desconectado da realidade?

Não é incomum na vida das nações ideias errôneas conquistarem a mente coletiva. Nos Estados Unidos por exemplo, em 2002-03 o país se convenceu que o Iraque era uma ameaça. Os jornais, rádio e televisão tiveram um papel importante pela falta de sentido crítico, pela desinformação e ao ignorar a realidade. Jornais respeitados como o New York Times e o Washington Post, depois da invasão e da destruição do Iraque, pediram desculpas a seus leitores. Muitos outros jornais sucumbiram à ilusão coletiva de uma ameaça inexistente. A invasão do Iraque é um exemplo entre muitos.

Há uma semelhança com a situação atual no Brasil. Os comentaristas econômicos se convenceram de que o Governo é a ameaça mor ao país e declararam Guerra ao Governo. Criaram o mito de que setor público significa vícios e setor privado, virtudes. Aderiram ao diagnóstico de que as políticas econômicas do governo atual não

somente salvaram a economia de uma crise fiscal, mas também a puseram nos trilhos do crescimento. O controle da situação fiscal - e não a profunda recessão e a apreciação cambial - permitiu os juros mais baixos dos últimos 20 anos e restaurou a confiança do setor privado o que se traduzirá em mais investimento e mais crescimento.

Ignoraram o alerta do presidente do Banco Central: "Para bater no investimento, a confiança tem que passar o obstáculo da capacidade ociosa que ainda é muito grande" (Folha de São Paulo, agosto 2017). Ignoraram que as políticas atuais não resolveram o problema fiscal, que piorou. Desde 2015 os déficits primários continuaram acima de 2% do PIB e a dívida pública em relação ao PIB, 57,2% em janeiro de 2015, atingiu 74,4% em outubro de 2017, devendo chegar a 90% do PIB no início da próxima década. Ignoraram que na ausência de crescimento não há resolução possível do problema fiscal. Também ignoraram que cortes de gastos governamentais não constituem uma estratégia de crescimento. Mais importante, ignoraram a dura realidade de que o PIB per-capita está agora 10% abaixo do nível de 2014 e a previsão é de que só em 2023 retornará ao nível de 2014, mesmo num cenário otimista de crescimento. Mais uma década perdida.

Confundimos as coisas. A recuperação cíclica pode ter chegado. Mas o crescimento não está no horizonte

Os comentaristas econômicos parecem entusiasmados pelas reformas econômicas. Cada má notícia é ignorada, e cada boa é magnificada. A falta de justificativa teórica ou empírica às políticas do governo não merece atenção. Discutem-se números insignificantes com grande seriedade. Se o consenso Focus sobre a inflação ou o crescimento em 2018 ou 2019 mudam numa decimal, isto vira notícia. Merece artigos de jornais, e é discutido nos relatórios de bancos e na televisão.

Não será a primeira vez que se criam ilusões sobre a realidade econômica brasileira. Pouco depois do Plano Real, um estudo de Goldman Sachs (novembro 2001) lançou a história de que a liberalização da economia brasileira e a Tríade tinham posto o Brasil numa trajetória de crescimento rápido e sustentável. O estudo de Goldman Sachs introduziu o conceito dos Brics, economias responsáveis por uma participação crescente no PIB mundial com a previsão do Brasil crescendo a 4% ao ano.

O conceito capturava o poder crescente de economias emergentes com PIBs per capita convergindo com os níveis de renda de economias avançadas. A inclusão do Brasil não era consistente com o conceito Brics.

A previsão de crescimento de 4% ao ano era bem menor do que as taxas de crescimento da Índia e da China, naquele período crescendo mais de 10% ao ano. Mas pondo o Brasil no mesmo grupo que a Índia e a China criou muita excitação. Foi o começo.

Em outubro 2003 um novo estudo de Goldman Sachs aumentou a previsão de crescimento para 4,8% ao ano, até 2050. Alguns anos mais tarde, economistas, o Fundo Monetário Internacional e banqueiros estavam novamente eufóricos. A publicação inglesa "Economist" mostra na sua capa de novembro 2009 o Cristo Redentor decolando como um foguete do Corcovado. O Brasil tinha atravessado a crise de 2008 sem muitos danos; os preços das commodities atingiam níveis historicamente altos e a economia cresceu 7,5% em 2010. Ignorando o caráter transitório do "commodity boom" e a deterioração estrutural da economia brasileira (desglobalização, desindustrialização, decadência da infraestrutura e informalização crescente do mercado de trabalho), e dezoito meses antes do começo da pior crise econômica na história do país, o relatório anual do FMI (julho 2012) concluiu: "Esta década tem visto uma transformação social notável no Brasil, sustentada pela estabilidade macroeconômica e melhores padrões de vida" e projetou o PIB crescendo a 5%.

Nem as previsões de Goldman Sachs nem as do FMI se realizaram. É necessário chegar à conclusão de que as políticas econômicas dos três últimos anos sofreram de um foco quase que exclusivo em cortes de gastos públicos e da convicção errônea de que cortes de gastos públicos por si só poderiam levar ao crescimento. Uma estratégia de crescimento implica uma política cambial que favoreça a indústria e as exportações, uma missão do banco central que reconheça o seu papel no crescimento, um regime de importações aberto, uma conta capital menos aberta às volatilidades de fluxos especulativos e a expansão dos gastos públicos em infraestrutura. Estas políticas criariam o contexto necessário à racionalização dos gastos públicos e da previdência. Ambas são prioridades econômicas importantes. Mas elas não constituem nem podem se substituir a uma estratégia de crescimento.

Roberto Zaga foi professor Assistente na FEA-USP nos anos 1970 e no Banco Mundial a partir de 1980, onde encerrou a carreira em 2012 como Secretário da Comissão sobre o Crescimento e o Desenvolvimento, e diretor para a Índia.

Simão Silber é professor da FEA-USP

Carlos Luque é professor da FEA- USP e presidente da Fipe.